

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

(Decreto-Lei 204/2006, de 27 de Outubro)

ORGANISMOS INTEGRADOS NA ADMINISTRAÇÃO INDIRECTA DO ESTADO

Designação	Qualificação	Qualif_territorial
Fundo para as Relações Internacionais, I.P. (FRI, IP)	Instituto Público	Central
Instituto Camões, I.P. (IC, IP)	Instituto Público	Central
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, I.P. (IPAD, IP)	Instituto Público	Central
Instituto Português de Santo António em Roma	Instituto Público	Central

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

(Decreto-Lei 205/2006, de 27 de Outubro)

ORGANISMOS INTEGRADOS NA ADMINISTRAÇÃO INDIRECTA DO ESTADO

Designação	Qualificação	Qualif_territorial
Instituto de Gestão do Crédito Público, I. P. (IGCP, IP)	Instituto Público	Central
Instituto Nacional de Administração, I. P. (INA, IP)	Instituto Público	Central
Caixa Geral de Aposentações, I. P. (CGA, IP)	Instituto Público	Central
Banco de Portugal	Entidade Administrativa Independente	Central
Instituto de Seguros de Portugal	Entidade Administrativa Independente	Central
Comissão do Mercado de Valores Mobiliários	Entidade Administrativa Independente	Central

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

(Decreto-Lei 202/2006, de 27 de Outubro)

SERVIÇOS INTEGRADOS NA ADMINISTRAÇÃO INDIRECTA DO ESTADO

Designação	Qualificação	Qualif_territorial
Agência para a Modernização Administrativa, I.P. (AMA, IP)	Instituto Público	Central
Alto Comissariado para a Emigração e Diálogo Intercultural, I.P. (ACEDRI, IP)	Instituto Público	Central
Instituto do Desporto de Portugal, I.P. (IDP, IP)	Instituto Público	Central
Instituto Nacional de Estatística, I.P. (INE, IP)	Instituto Público	Central
Instituto Português da Juventude, I.P. (IPJ, IP)	Instituto Público	Central

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

(Decreto-Lei n.º 47/93, de 26 de Fevereiro¹)

ORGANISMOS INTEGRADOS NA ADMINISTRAÇÃO INDIRECTA DO ESTADO

Designação	Qualificação	Qualif_territorial
Instituto de Acção Social das Forças Armadas (IASFA)	Instituto Público	Central

¹ Alterações: Decreto Regulamentar n.º 12/95, de 23 de Maio, dl 211/97, de 16 de Agosto, Decreto-Lei n.º 217/97, de 20 de Agosto, Decreto-Lei n.º 263/97, de 2 de Outubro, Decreto-Lei n.º 290/2000, de 14 de Novembro e Decreto-Lei n.º 171/2002, de 25 de Julho.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

(Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro)

SERVIÇOS INTEGRADOS NA ADMINISTRAÇÃO INDIRECTA DO ESTADO

Designação	Qualificação	Qualif_territorial
Instituto de Gestão Financeira e de Infra-Estruturas da Justiça, I. P.	Instituto Público	Central
Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.	Instituto Público	Central
Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça, I.P.	Instituto Público	Central
Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P.	Instituto Público	Central
Instituto Nacional da Propriedade Industrial, I. P.	Instituto Público	Central

**MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO
DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

(Decreto-Lei 207/2006, de 27 de Outubro)

ORGANISMOS INTEGRADOS NA ADMINISTRAÇÃO INDIRECTA DO ESTADO

Designação	Qualificação	Qualif_territorial
Instituto da Água, I. P. (INAG, IP)	Instituto Público	Central
Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P. (ICNB, IP)	Instituto Público	Central
Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P. (IHRU, IP)	Instituto Público	Central
Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, I. P. (IFDR, IP)	Instituto Público	Central
Entidade Reguladora dos Serviços das Águas e dos Resíduos, I.P. (ERSAR, IP)	Instituto Público	Central
Administração de Região Hidrográfica do Alentejo, I. P. (ARH-Alentejo, IP)	Instituto Público	Periférico
Administração de Região Hidrográfica do Algarve, I. P. (ARH-Algarve, IP)	Instituto Público	Periférico
Administração de Região Hidrográfica do Centro, I. P. (ARH-Centro, IP)	Instituto Público	Periférico
Administração de Região Hidrográfica do Norte, I. P. (ARH-Norte, IP)	Instituto Público	Periférico
Administração de Região Hidrográfica do Tejo, I. P. (ARH-Tejo, IP)	Instituto Público	Periférico

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E INOVAÇÃO

(Decreto-Lei 208/2006, de 27 de Outubro)

ORGANISMOS INTEGRADOS NA ADMINISTRAÇÃO INDIRECTA DO ESTADO

Designação	Qualificação	Qualif_territorial
Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento, I. P.	Instituto Público	Central
Instituto do Turismo de Portugal, I. P.	Instituto Público	Central
Instituto Português da Qualidade, I.P.	Instituto Público	Central
Laboratório Nacional de Energia e Geologia, I. P.	Instituto Público	Central
Autoridade da Concorrência	Entidade Administrativa Independente	Central
Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos	Entidade Administrativa Independente	Central

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS
PESCAS**

(Decreto-Lei 209/2006, de 27 de Outubro)

ORGANISMOS INTEGRADOS NA ADMINISTRAÇÃO INDIRECTA DO ESTADO

Designação	Qualificação	Qualif_territorial
Instituto da Vinha e do Vinho, I. P. (IVV, IP)	Instituto Público	Central
Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P. (IFAP, IP)	Instituto Público	Central
Instituto dos Vinhos do Douro e Porto, I. P. (IVDP, IP)	Instituto Público	Central
Instituto Nacional de Recursos Biológicos, I. P. (INRB, IP)	Instituto Público	Central

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

(Decreto-Lei 210/2006, de 27 de Outubro)

ORGANISMOS INTEGRADOS NA ADMINISTRAÇÃO INDIRECTA DO ESTADO

Designação	Qualificação	Qualif_territorial
Instituto da Construção e do Imobiliário, I. P. (INCI, IP)	Instituto Público	Central
Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P. (IMTT, IP)	Instituto Público	Central
Instituto de Infra-Estruturas Rodoviárias, I. P. (INIR, IP)	Instituto Público	Central
Instituto Nacional de Aviação Civil, I. P. (INAC, IP)	Instituto Público	Central
Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I. P. (IPTM, IP)	Instituto Público	Central
Laboratório Nacional de Engenharia Civil, I. P. (LNEC, IP)	Instituto Público	Central
ICP - Autoridade Nacional de Comunicações	Entidade Administrativa Independente	Central

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

(Decreto-Lei 211/2006, de 27 de Outubro)

ORGANISMOS INTEGRADOS NA ADMINISTRAÇÃO INDIRECTA DO ESTADO

Designação	Qualificação	Qualif_territorial
Casa Pia de Lisboa, I. P.	Instituto Público	Central
Instituto da Segurança Social, I. P. (ISS, IP)	Instituto Público	Central
Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I. P. (IGFCSS, IP)	Instituto Público	Central
Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, I. P. (IGFSE, IP)	Instituto Público	Central
Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P. (IGFSS, IP)	Instituto Público	Central
Instituto de Informática, I. P. (II, IP)	Instituto Público	Central
Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P. (IEFP, IP)	Instituto Público	Central
Instituto Nacional para a Reabilitação, I. P. (INR, IP)	Instituto Público	Central

MINISTÉRIO DA SAÚDE

(Decreto-Lei 212/2006, de 27 de Outubro)

ORGANISMOS INTEGRADOS NA ADMINISTRAÇÃO INDIRECTA DO ESTADO

Designação	Qualificação	Qualif_territorial
Administração Central do Sistema de Saúde, I. P. (ACSS, IP)	Instituto Público	Central
INFARMED - Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I. P. (INFARMED, IP)	Instituto Público	Central
Instituto da Droga e da Toxicoddependência, I. P. (IDT, IP)	Instituto Público	Central
Instituto Nacional de Emergência Médica, I. P. (INEM, IP)	Instituto Público	Central
Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, I. P. (INSA, IP)	Instituto Público	Central
Instituto Português do Sangue, I. P. (IPS, IP)	Instituto Público	Central
Entidade Reguladora da Saúde (ERS)	Entidade Administrativa Independente	Central
Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P. (ARS-LVT, IP)	Instituto Público	Periférico
Administração Regional de Saúde do Alentejo, I. P. (ARS-Alentejo, IP)	Instituto Público	Periférico
Administração Regional de Saúde do Algarve, I. P. (ARS-Algarve, IP)	Instituto Público	Periférico
Administração Regional de Saúde do Centro, I. P. (ARS-Centro, IP)	Instituto Público	Periférico
Administração Regional de Saúde do Norte, I. P. (ARS-Norte, IP)	Instituto Público	Periférico

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

(Decreto-Lei 213/2006, de 27 de Outubro)

ORGANISMOS INTEGRADOS NA ADMINISTRAÇÃO INDIRECTA DO ESTADO

Designação	Qualificação	Qualif_territorial
Agência Nacional para a Qualificação, I. P.	Instituto Público	Central

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

(Decreto-Lei 214/2006, de 27 de Outubro)

ORGANISMOS INTEGRADOS NA ADMINISTRAÇÃO INDIRECTA DO ESTADO

Designação	Qualificação	Qualif_territorial
Agência para a Sociedade do Conhecimento, I.P. (UMIC, IP)	Instituto Público	Central
Centro Científico e Cultural de Macau, I.P. (CCCM, IP)	Instituto Público	Central
Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P. (FCT, IP)	Instituto Público	Central
Instituto de Investigação Científica e Tropical, I.P. (IICT, IP)	Instituto Público	Central
Instituto de Meteorologia, I.P. (IM, IP)	Instituto Público	Central
Instituto Tecnológico e Nuclear, I.P. (ITN, IP)	Instituto Público	Central

MINISTÉRIO DA CULTURA

(Decreto-Lei 215/2006, de 27 de Outubro)

ORGANISMOS INTEGRADOS NA ADMINISTRAÇÃO INDIRECTA DO ESTADO

Designação	Qualificação	Qualif_territorial
Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema, I. P.	Instituto Público	Central
Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I. P.	Instituto Público	Central
Instituto do Cinema e do Audiovisual, I. P.	Instituto Público	Central
Instituto dos Museus e da Conservação, I. P.	Instituto Público	Central